

2 — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso para, caso queiram, dizer por escrito o que se lhes oferecer sobre o referido projecto de classificação final.

2.1 — As respostas deverão ser dirigidas ao presidente do júri do concurso, Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, rés-do-chão, 1149-006 Lisboa.

3 — Durante o prazo estabelecido no antecedente ponto 2, o processo do concurso encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, das 10 às 12 horas e das 14 horas e 30 minutos às 17 horas, na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, 5, rés-do-chão, 1149-006 Lisboa.

8 de Janeiro de 2007. — O Presidente do Júri, *José Fernando Sousa Carvalho Araújo*.

Despacho (extracto) n.º 995/2007

Por despacho de 28 de Dezembro de 2006 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado José Figueiredo, em substituição do director-geral, foi Fernando José Gonçalves de Sousa, técnico verificador de 1.ª classe da carreira de técnico verificador, autorizado a iniciar licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 996/2007

Por despacho de 2 de Janeiro de 2007 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo despacho n.º 20 097/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 21 de Setembro de 2005, e após parecer da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública de 15 de Dezembro de 2006, confirmativo dos respectivos pressupostos, foi Olímpia Fernanda Malheiro Noya Portela, reverificadora assessora da carreira técnica superior aduaneira, promovida a reverificadora assessora principal da mesma carreira, em resultado do exercício de funções dirigentes. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 984/2007

Por despacho do director-geral dos Impostos de 22 de Dezembro de 2006, proferido nos termos dos artigos 13.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro:

Foi Fernando Manuel Duarte Galveia, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Ponte de Sor, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Foi Maria Filomena Santos Figueiredo, técnica de administração tributária do nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Tomar (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2006.

Foi Rui Maia Faria, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças do Entroncamento, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 17 de Março de 2006.

Foi Luís de Araújo Martins, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Santo Tirso, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2006.

Foi Jorge Manuel Figueiredo Oliveira, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças da Trofa (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 2 de Novembro de 2006.

Foi João Manuel Moreira Ribeiro de Magalhães, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Gondomar 2

(Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Foi Marco Aurélio Simão Feio Sequeira, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Elvas, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Setembro de 2006.

Foi José Manuel Granado Afonso, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Bragança, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 18 de Setembro de 2006.

Foi Pedro Jorge Matos da Silva Correia, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Barcelos (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Novembro de 2006.

Foi Maria Jesus Loureiro C. S. M. Fernandes, técnica de administração tributária do nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Alcácer do Sal, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 18 de Setembro de 2006.

Foi João Pedro Alves Pereira, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças da Moita (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2006.

Foi Joaquim António Farinha Oliveira Cabrito, técnico de administração tributária-adjunto do nível 3, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Salvaterra de Magos (Secção de Cobrança), por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 2 de Outubro de 2006.

Foi Diogo da Lage Raposo Braz Teixeira, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Salvaterra de Magos, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 9 de Novembro de 2006.

Foi Cristina Maria Machado Godinho Mónica, técnica de administração tributária do nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Lisboa 5, por impedimento do titular do cargo, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Foi Gina Rosado da Silva Beja, técnica de administração tributária do nível 1, nomeada, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunta do Serviço de Finanças de Lisboa 5, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Foi Carlos Alberto da Rocha Pinto da Silva, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Lisboa 5, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006.

Foi Ramon Vaz Menezes, técnico de administração tributária do nível 1, nomeado, em regime de substituição, chefe de finanças-adjunto do Serviço de Finanças de Lisboa 13, por vacatura do lugar, a partir da data da publicação no *Diário da República* do presente despacho.

22 de Dezembro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso n.º 985/2007

Faz-se público que, por despacho de 10 de Novembro de 2006 do director-geral dos Impostos, foi designado, nos termos do artigo 5.º do regulamento de estágio, publicado em anexo ao despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 25 de Janeiro de 2005, o júri dos inspectores tributários estagiários (área de economia), nível 1, grau 4, do concurso interno de ingresso, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 55, de 18 de Março de 2005, ficando o mesmo assim constituído:

Presidente — José Manuel Bruno Lagos, chefe de divisão.
Vogais efectivos:

José Carlos da Silva, chefe de divisão.
Maria da Graça Santos Pires, técnica economista principal.

Vogais suplentes:

Maria Helena Jesus Vaz, chefe de divisão.
Francisco José Amado Carvalho, inspector tributário, nível 2, do grau 4.

4 de Janeiro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 986/2007

Por despacho do director-geral dos Impostos de 30 de Novembro de 2006, proferido nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2.º do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, foi renovada a comissão de serviço

de Sérgio José Laginha Mendes no cargo de chefe de divisão da Justiça Tributária da Direcção de Finanças de Faro.

9 de Janeiro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA DEFESA NACIONAL

Despacho n.º 997/2007

Considerando que a pensão de ex-prisioneiro de guerra, prevista na Lei n.º 34/98, de 18 de Julho, e no Decreto-Lei n.º 161/2001, de 22 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 170/2004, de 16 de Julho, é concedida a cidadãos portugueses que tenham sido feitos prisioneiros ou capturados em combate, no decurso da guerra nas ex-colónias;

Considerando que o conceito de prisioneiro de guerra pressuposto da concessão de tal pensão abrange aqueles que, estando ao serviço da Pátria como membros das Forças Armadas ou participando em acções ou ainda desempenhando missões de colaboração e apoio nelas enquadradas, caíram em poder do inimigo e ficaram privados de liberdade;

Considerando que a situação dos cidadãos Horácio José João Afonso e Sérgio Ernesto Afonso, respectivamente com 10 e 9 anos de idade à época da invasão de Goa, Damão e Diu pelas tropas da União Indiana, não lhes permitia ser membro das Forças Armadas nem, ao serviço da Pátria, participar ou colaborar em missões nelas enquadradas, motivo por que tal situação não preenche o conceito de prisioneiro de guerra, previsto nas Convenções de Genebra para a Protecção das Vítimas da Guerra, de 12 de Agosto de 1949, aprovadas, para ratificação, pelo Decreto-Lei n.º 42 991, de 26 de Maio de 1960, e tal como definido no parecer n.º 5/2001-C, de 29 de Janeiro de 2004, do conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República, conceito esse, aliás, referido no artigo 1.º, n.º 1, da Lei n.º 34/98, de 18 de Julho, e no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 161/2001, de 22 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 170/2004, de 16 de Julho;

Considerando que o despacho conjunto n.º 270/2006, de 3 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Março de 2006, e respectiva lista anexa, na parte referente aos cidadãos Horácio José João Afonso e Sérgio Ernesto Afonso, assentou no errado pressuposto de que os cidadãos acima indicados eram ex-prisioneiros de guerra e, por isso, preenchiam os requisitos previstos nos diplomas legais mencionados;

Considerando, por último, que o erro referido consubstancia um erro nos pressupostos de facto e de direito, inquinando o referido despacho do vício de violação de lei, e que face ao exposto se torna necessário proceder à respectiva revogação:

Determina-se o seguinte:

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 141.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, da alínea a) do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais e ainda do artigo 144.º do Código de Processo Civil, a revogação do despacho conjunto n.º 270/2006, de 3 de Março, na parte em que atribui a Horácio José João Afonso e a Sérgio Ernesto Afonso uma pensão de ex-prisioneiro de guerra.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2004.

4 de Janeiro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extracto) n.º 987/2007

A seguir se publica a lista do movimento dos oficiais de justiça referente ao mês de Novembro de 2006, aprovada por despacho do subdirector-geral de 27 de Dezembro de 2006, por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006):

Número: 11428, José Júlio dos Santos Almeida.
Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Aveiro Família Menores
Exerce funções: Aveiro, Secretaria-Geral, como secretário de justiça em destacamento.

N. ord.: 189/03; antig.: 5 anos, 3 meses e 24 dias; cl. serv.: *Muito bom*.

Provimto: transferência.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Aveiro, Secretaria-Geral.

Obs.: Artigo 38.º — cessa destacamento.

Número: 13044, Maria Helena dos Santos Figueiredo.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: São João da Madeira.

N. ord.: 223/03; antig.: 4 anos, 3 meses e 21 dias; cl. serv.: *Muito bom*.

Provimto: transferência.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Oliveira de Azeméis, Secretaria-Geral.

Obs.: Artigo 38.º

Número: 13122, António José Afonso.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Coimbra, M. Público.

N. ord.: 232/03; antig.: 3 anos, 11 meses e 1 dia; cl. serv.: *Muito bom*.

Provimto: transferência.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Leiria, Secretaria-Geral.

Obs.: Artigo 38.º

Número: 19470, José Joaquim Esteves Teiga.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Loulé, M. Público.

Exerce funções: Loulé, Secretaria-Geral, como secretário de justiça em destacamento.

N. ord.: 345/03; antig.: 0 anos, 11 meses e 29 dias; cl. serv.: *Muito bom*.

Provimto: transferência.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Loulé, Secretaria-Geral.

Obs.: Artigo 38.º — cessa destacamento.

Número: 16649, António Simões Loureiro Sousa.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: tribunal não atribuído.

Exerce funções: Lisboa Cíveis, 7, 8 Juízos, como secretário de justiça em afectação.

N. ord.: 304/03; antig.: 0 anos, 11 meses e 29 dias; cl. serv.: *Bom*.

Provimto: transferência.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Lisboa, Cíveis, 7, 8 Juízos.

Obs.: artigo 51.º, n.º 3.

Número: 15547, José Fonseca.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Fornos de Algodres.

N. ord.: 331/03; antig.: 0 anos, 11 meses e 29 dias; cl. serv.: *Bom com distinção*.

Provimto: transferência.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Mangualde.

Número: 32494, Alcino José Santos Gregório.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Carrazeda de Ansiães.

N. ord.: s/n; antig.: ; cl. serv.: *Bom com distinção*.

Provimto: transferência.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Coimbra, M. Público.

Número: 22698, Jesus Manuel Guimarães Ferreira.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Mangualde.

N. ord.: s/n; antig.: ; cl. serv.: *Bom com distinção*.

Provimto: transferência.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: São João da Madeira.

Número: 12371, Maria José Santos Nunes de Jesus Antunes.

Categoria: secretário de justiça.

Tribunal: Resende.

N. ord.: 414/03; antig.: 0 anos, 3 meses e 23 dias; cl. serv.: *Bom*.

Provimto: transferência.

Categoria: secretário de justiça.